

Editora Insular

Territorialidades Humanas e Redes Sociais

Editor

Nelson Rolim de Moura

Capa Rodrigo Poeta

Planejamento gráfico *Carlos Serrao*

Revisão Gilrta Silveira, Carlos Neto, Contextuar (2. ed.)

05411 Territorialidades Humanas e Redes Sociais. Leila Christina Dias
Maristela Ferrari (organizadoras), Florianópolis: Insular, 2. ed. rev., 2013.

264 p.: il.

ISBN 978-85-7474-533-6

1. Territorialidades humanas. 2. Redes Sociais I. Título.

CDD910

300

Editora Insular Ltda.

Rodovia João Pauto, 226 — Bairro João Paulo
CEP 88030-300 — Florianópolis — Santa Catarina — Brasil

Fone/fax: 0**48 3232 9591 e 3334-2729

editora@insular.Com.br www.tnsular.com.br<http://twitter.com/EditoraInsular>

Territorialidade é a tentativa, por
indivíduo ou grupo, de afetar;
influenciar, ou controlar pessoas,
fenômenos e relações, ao delimitar e
assegurar seu controle sobre certa
área geográfica.

Robert David Sack Human Territoriality, its theory
and history

O significado de territorialidade¹

Robert David Sack* *

Territorialidade para humanos é uma poderosa estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas por meio do controle de área. Territórios políticos e propriedades privadas de terra podem ser as formas mais familiares em que a territorialidade ocorre em vários níveis e em numerosos contextos sociais. A territorialidade é utilizada em relacionamentos cotidianos e em organizações complexas. Territorialidade é uma expressão geográfica primária de poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados. As funções de mudança da territorialidade nos ajudam a entender as relações históricas entre sociedade, espaço e tempo.

Este livro explora algumas das mudanças mais importantes que têm ocorrido nas relações entre sociedade e territorialidade, do começo da história até o presente. A exploração dessas mudanças dá-se por meio da análise das possíveis vantagens e desvantagens que a territorialidade pode fornecer, e considerando por que algumas mudanças e não outras surgem somente em períodos históricos. Explorar as vantagens e desvantagens nos leva à teoria de territorialidade. Explorar quando e por que elas surgiram constitui a história de territorialidade e suas relações mutáveis no espaço e sociedade.

A história de territorialidade e a relação de territorialidade com espaço e sociedade podem ser entendidas por meio das vantagens teoricamente possíveis que se espera que a territorialidade possa fornecer. Após introduzir o significado de territorialidade no capítulo 1 (do original: The meaning of

1 Título original: The meaning of territoriality. In: Sack, Robert David. *Human Territoriality, its theory and history*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 5-27, 1986.
Tradução: Rosane Menghetti. Revisão: Mariana Mariano. NT: Dada à dificuldade de reproduzir com qualidade os quatro mapas que integram o artigo original, os editores decidiram não apresentá-los nesta versão.

* Robert David Sack é doutor em Geografia pela Universidade de Minnesota, EUA. Pesquisador nos campos da Filosofia e História da Geografia, da Geografia Política e Cultural, é autor de inúmeros artigos e livros, com destaque para o clássico *Human Territoriality: its theory and history*. É professor de Geografia na Universidade de Wisconsin. rdsack@fecstaff. wisc.edu

territoriality. In: Sack, Robert David. *Human Territoriality, its theory and history*. Cambridge, Cambridge University Press» p.5-27, 1986) são exploradas as vantagens teoricamente possíveis de territorialidade no capítulo 2. Os capítulos subsequentes consideram como e quando tais vantagens são usadas historicamente e os efeitos que elas têm na organização social. O capítulo 3 esboça as principais mudanças nas relações entre territorialidade e sociedade dos tempos primitivos até o presente e focaliza os períodos mais importantes: o surgimento da civilização e o surgimento do capitalismo. O capítulo 4 analisa o desenvolvimento pré-moderno de territorialidade dentro de uma organização complexa - a Igreja Católica. Os capítulos 5 e 6 consideram o desenvolvimento de territorialidade no período moderno: capítulo 5 explora a ascensão dos quatrocentos anos da organização política territorial da América do Norte; capítulo 6 explora o desenvolvimento de territorialidade dentro dos ambientes de trabalho para o mesmo período de tempo.

Esses períodos e contextos são selecionados para ilustrar os desenvolvimentos históricos mais importantes nos usos de territorialidade. Eles nos permitem ver que (a) alguns efeitos territoriais são universais, ocorrendo em praticamente qualquer contexto e organização social; (b) que outros são específicos a organizações e períodos históricos; e (c) que somente a sociedade moderna tende a usar a gama completa de possíveis efeitos. Explorar como a sociedade moderna emprega essa gama, e especialmente por que ela emprega os efeitos territoriais que não eram de uso das sociedades pré-modernas, ajuda a desvendar o significado e as implicações da modernidade e o futuro papel da territorialidade.

Exemplos de territorialidade

Antes de considerarmos teoria e história de territorialidade, devemos descrever primeiro o que ela é e o que ela faz. Para nos familiarizarmos com a amplitude de nosso assunto, permita-nos esboçar os usos de territorialidade em três contextos. O primeiro refere-se aos índios Chippewa da América do Norte e seu contato com os europeus e serve para ilustrar as diferenças nos usos de territorialidade entre as sociedades modernas e pré-modernas. O segundo refere-se à territorialidade no lar moderno, e o terceiro considera a territorialidade no local de trabalho moderno. Ambos exploram os usos contemporâneos de territorialidade em contextos de pequena escala familiar e indicam a presença de territorialidade em todos os lugares na vida moderna.

Os Chippewa

Considere o grupo de índios americanos chamados Chippewa (Ojibwe), que, nos primeiros dias de contato com os europeus, ocupavam uma grande área costeando a metade oeste do Lago Superior². Os Chippewas pertencem ao grupo da língua Algonquin (Algonkuian), quetobriu grande parte do centro norte e nordeste dos Estados Unidos e porções do centro sul e leste do Canadá. Havia mais de 20.000 Chippewas na época do primeiro contato europeu. Embora os Chippewas possuíssem língua, cultura e sistema de crenças comuns, eles não possuíam uma organização política central. Eles eram mais uma coleção de bandos do que uma tribo.

Primariamente eles eram caçadores e coletores. Viviam de frutas, coqueiros, raízes, arroz selvagem e peixes. Aqueles que viviam nas partes sul e oeste do Lago Superior, em áreas que tinham aproximadamente 100 dias ou mais sem geada por ano, cultivavam abóbora e milho para complementar sua dieta. Seus artefatos incluíam canoas, arcos e flechas, lanças, armadilhas e cestas; seus abrigos variavam de tendas com estrutura de madeira e cobertas com peles a abrigos escavados nas colinas. Alguns membros dentro das comunidades eram mais hábeis que outros para fazer tais artefatos, mas o conhecimento de como fazê-los estava disponível para todos. Aqueles que tinham habilidade superior eram considerados líderes. A liderança lhes era dada em reconhecimento de seus esforços. Um líder não podia impor sua decisão sobre seu povo e não podia impedir uma pessoa de obter seu sustento. Em termos econômicos, tais pessoas eram igualitárias (que servem à causa de igualdade de direitos).

O tamanho das unidades sociais Chippewa, além da família, variava de forma sazonal. Durante a primavera, verão e começo do outono, quando as frutas e grãos, raízes, arroz selvagem e peixe eram abundantes e em grande oferta, as famílias se reuniam para formar uma vila de 100 a 150 pessoas. Durante os meses de inverno, quando a comida era escassa, as famílias normalmente se dispersavam em pequenas unidades e eventualmente em moradas individuais. Embora famílias pequenas pudessem sobreviver sozinhas

2 Para história dos Chippewa, veja Edmund Danziger Jr. *The Chippewas of Lake Superior* (Norman, Oklahoma: University of Oklahoma, 1978); David Horr (Ed.). *American Indian Ethnohistory: North Central and Northeastern Indians*, vols. 1-6 (New York: Garland, 1974); Harold Hickerson, *The Chippewa and their neighbors: A Study in Ethnohistory*. (New York: Holt, Rinehart e Winston, 1970); e Edwin Higgins em colaboração com a Reserva dos índios do Lago Whitefish, n. 6, *Lago Whitefish Lake Ojibway Memories* (Cobolt, Ontário: Highway, 1982).

a uma estação, elas raramente ficavam sem contato com os outros durante o inverno, e nos meses mais quentes reconstituíam suas vilas, para participar das numerosas atividades culturais e econômicas que requeriam cooperação de todos. Quando estavam juntos, os membros dos grupos dos caçadores e coletores dividiam seus produtos, estabeleciam amizade e planejavam casamentos. A participação nos grupos parecia ser voluntária. Se tensões surgissem, ou se as necessidades mudassem, a família podia deixar um grupo e se juntar a outro.

O que pode ser dito sobre a organização territorial dos Chippewa? Está claro que como entidade os Chippewa ocupavam uma vasta área. Mas suas áreas de habitação nunca eram claramente demarcadas e variavam de ano para ano. Ao leste, os Chippewa estavam espalhados entre os amigáveis Ottawa e Potawatomi, com os quais se relacionavam intimamente; ao norte, eles estavam misturados entre os normalmente amigáveis Cree; ao oeste, continuavam a se misturar com os Cree e também os Assinibion³. Os Chippewa tinham suas maiores dificuldades com a planície e oriente dos Dakota, que estavam ao longo de suas fronteiras ao sul e ao oeste. Mas uma grande extensão de terra sem dono, desocupada, servia de zona divisora entre eles e seus vizinhos Dakota. Mesmo se o perímetro da “nação” dos Chippewa tivesse sido estável, é duvidoso que alguém teria sido percorrido por um *unTco* Chippewa, ou que muitos entre eles possuíssem uma representação similar a um mapa de seus domínios coletivos⁴.

Os grupos Chippewa também ocupavam áreas distintas, mas seus sítios mudavam após vários anos, como também suas composições sociais. Um acampamento do grupo em um sítio distinto e o uso dos recursos da área ao redor deviam ser conhecidos e aceitos pelos grupos vizinhos. Mas isso não significa que um grupo precisava reivindicar um território específico exclusivamente para seu próprio uso e defendê-lo contra incursões de outros Chippewas. A população era suficientemente esparsa e a comida abundante, assim, quando um grupo usava uma área, é pouco provável que fosse para exclusão de colegas. Indivíduos e famílias dentro desses grupos igualitários não eram donos da terra. A terra era para uso da comunidade, e seus mem

3 Harold Kickerson, *op. cit.*, n° 1, p. 9.

4 Os índios aborígenes norte-americanos fizeram mapas, geralmente retratando vastas áreas. Esses mapas continham especificações físicas e os locais dos grupos indígenas, mas não indicavam posse de terras e nem limites territoriais. Os mapas também não usavam uma escala consistente ou perspectiva. Em muitos casos esses desenhos indígenas providenciavam para os europeus suas informações sobre o Mundo Novo e eram então usados como base de muitos mapas europeus daquela área.

bros podiam usá-la. Um grupo podia partilhar uma área para uma família em particular, mas isso não significava que a família era proprietária da terra ou excluía os outros dela. Isso se aplica ao uso da terra para agricultura, caça e também coleta.

A estação de cultivo ao norte dos Great Lakes (Lagos Grandes) era muito curta para os Chippewas praticarem agricultura lá, mas ao sul e oeste do Superior Lake (Lago Superior) o cultivo de milho e abóbora formavam um suplemento importante para a dieta Chippewa. Esses índios tinham seus campos próximos a suas vilas. Cada família pode ter tido sua própria horta, a qual era limpa, plantada e cultivada por ela mesma, ou o processo pode ter sido coletivo. Em qualquer um dos casos, essas hortas não eram claramente demarcadas e cercadas em territórios.

Na época do contato europeu, essas pessoas estavam longe de ser territoriais como uma “nação”, embora elas possam ter sido ocasionalmente territoriais como grupos individuais ou como famílias dentro de grupos. Mas, mesmo aqui, sua afirmação de contróle sobre uma área era frequentemente imprecisa, sazonal e estratégica. Grupos ou famílias podem ter reivindicado uma área somente se estivessem razoavelmente confiantes de que os recursos que eles procuravam estariam lá, e se eles soubessem que haveria competição^F de outros grupos por esses recursos.^F Imaginar tais condições exatás para a pre- dominância nos permite considerar como um grupo “comp” o dos Chippewas poderia alterar e intensificar seu uso territorial. Nós dizemos “como” porque alguns dos fatores que nós consideraremos, embora importantes causas de mudanças no uso territorial em outras sociedades pré-escrita, e embora presentes na sociedade Chippewa, não foram de fato as primeiras a alterar o uso territorial desses indígenas. Contudo, manté-las como possibilidades nos ajudará a entender como, em geral, uma simples sociedade pré-escrita pode desenvolver pressões internas fundamentais para alterar relacionamentos entre territorialidade e organização social.

Nessa linha de pensamento, supõe-se que a disputa se torne menos frequente e que para aqueles Chippewa ao sul mais tempo deve ser devotado à agricultura. Súpõe-se também que para alguns em Minnesota e Wisconsin o cavalo se tome parte da sua cultura. Os membros da comunidade podem ainda coletivamente arar os campos, plantar e cultivar; mas como esses cultivos, agora vitais, são protegidos de animais selvagens, criancinhas e dos próprios cavalos? É possível que essas sejam dificuldades menores e que precauções especiais sejam desnecessárias. A ameaça de animais selvagens pode ser insig-

nificante; os adultos podem supervisionar as crianças e seu acesso aos cultivos; e os cavalos podem encontrar grama para pastar, e assim eles não comem as hortas. Mas, também poderia ser o caso de que, mesmo não sendo sérios esses problemas, a comunidade achasse mais conveniente cercar os campos ou cercar os cavalos, ou ambos. Os propósitos de tais demarcações claras de territórios seria estabelecer diferentes graus de acesso às coisas no espaço. Apesar da necessidade de poucas mudanças, a comunidade pode ainda manter suas metas originais.

Contudo, não é difícil levar nossa imaginação um passo adiante e considerar as condições de grande aglomeração, tornando inevitável a divisão territorial mais complexa dentro dos grupos. O tamanho da comunidade em si pode crescer até o ponto em que os esforços de trabalho comunitário básico se tornem incontroláveis, e a pressão populacional de outros grupos pode tornar impossível para uma família simplesmente mudar de um grupo para outro. Apesar de a comunidade ainda ser igualitária - a terra ainda sendo da comunidade - os campos agora podem ser distribuídos para as famílias com base nas necessidades, e os lotes das famílias podem ter sido demarcados e o acesso restrito simplesmente para prevenir pisoteio nas plantas. As possibilidades para territorialidade podem multiplicar-se dentro de tal sociedade igualitária. Mas, há alguns pontos nos quais algumas dessas possibilidades podem realmente interferir nos valores de partilha e cooperação da comunidade. Isto não quer dizer que diferentes usos de territorialidade podem transformar relações sociais de, neste caso, uma sociedade igualitária para uma sociedade estruturada de classe. Mas, territorialidade pode ser um catalisador no processo de mudança e pode ser usada diferentemente e com tanta vantagem por uma classe dividida como por uma sociedade igualitária. Se, por exemplo, uma família governante Chippewa aparecer reivindicando acesso a algum ou a todos os recursos da comunidade, territorialidade seria um recurso extremamente útil para afetar sua reivindicação.

Essas especulações indicam a possibilidade de mudanças territoriais ocorrerem amplamente por meio de forças internas da sociedade. Tais transformações têm de fato sido documentadas por várias sociedades pré-escritas e são examinadas mais detalhadamente no capítulo 2 do original em inglês. Mas, para os Chippewa, a maioria das transformações sociais e territoriais foram impostas sobre eles pelas políticas e economias americana e europeia.

O comércio de peles europeu logo prejudicou as relações sociais dentro dos grupos. Prejudicou esforços comuns e igualitários. Afetou hábitos de

caça e ecologia da área, e pode ter aumentado o controle territorial familiar e individual à custa do acesso comum. Mas a adoção da propriedade privada foi seletiva. Alguns afirmam que, como um resultado do comércio de peles, famílias individuais entre tribos de índios Woodland, incluindo os Chippewa, tornaram-se proprietárias de terras de caça, as quais eram passadas de pais para filhos. Mas, em uma verificação mais precisa da evidência, parece que o controle territorial privado pode ter sido exercido somente sobre o acesso às peles e não sobre os outros recursos. Segundo Leacock, esses territórios de caça, pelo menos para os Montagnais, “não envolvia verdadeira posse de terra. Um não podia colocar armadilhas de caça próximo à linha de caça do outro, mas qualquer um podia pescar, recolher lenha, coletar frutos ou usar a canoa nas terras dos outros, desde que os produtos da terra fossem para consumo e não para venda”⁵.

A colonização europeia ao leste dos Alleghenys também aumentou a pressão populacional ao longo do alto meio-oeste, enquanto as tribos se moviam adiante, para oeste, para encontrar terras novas. A pressão populacional e a confiança no comércio prejudicaram as relações socioterritoriais comuns dos grupos; muitas famílias tornaram-se habilidosas e dependentes do comércio de peles. Tal adaptação realmente ajudou a expandir o domínio Chippewa até os meados de 1840. A colonização Chippewa cobria as áreas ao oeste do Lago Superior, leste da costa do Lago Huron, norte, praticamente até a costa da Baía Hudson, oeste do Lago Winnipeg e do sul ao centro de Minnesota e Wisconsin.

Mas o efeito mais tocante na organização territorial e social dos Chippewa veio da imposição pelos europeus da jurisdição política territorial hierárquica. Desconhecida para os Chippewa e para os colonizadores originais, as primeiras concessões inglesas e cartas formando às unidades territoriais das colônias tomaram muito da área Chippewa.

A Carta de Virgínia, de 1609, incluiu o alto meio-oeste inteiro. Mas essas primeiras tomadas não foram forçadas. Da metade do século dezessete à metade do século dezoito, o alto meio-oeste estava de maneira nominal sob controle fiacês, até que foi designado aos ingleses e suas colônias em 1763. Desde então, Virginia, Massachusetts, Connecticut e New York rei-

5 Eleanor Leacock, “*Introduction*” em Frederick Engels, *The Origin of the Family, Private Property and the State* (New York: International Publishers, 1972), p. 19-20. Veja também Diamond Jenness, *The Ojibwa Indians of Party Island, Their Social and Religious Life*. *National Museum of Canada Bulletin*, 78 (1954) (Anthropological Series, n.º. 17).

vindicaram partes dessas terras. A disposição e o governo do Território Norte Oeste eram altas prioridades do Primeiro Congresso dos Estados Unidos: os aproximadamente 170 milhões de acres ao oeste de Ohio até o Mississipi. Em meados de 1786, e após muita discórdia, os requerentes cederam todas essas terras para os Estados Unidos, e uma série de regulamentos, baseados na proposta de 1783-4 de Thomas Jefferson, e culminando nos regulamentos de 1787 e 1796, deram suporte ao governo desse território, O plano era dividir o Norte Oeste em não menos do que três e não mais do que cinco estados e admitir cada um na União, desde que tivesse uma população de 60.000 habitantes. Além disso, a terra seria avaliada de acordo com unia grade retangular regular, cujas unidades ajudariam a delinear as fronteiras dos estados, formar as fronteiras para condados e cidades, e fronteiras de parcelas de terras para venda⁶.

Esses eram planos, escritos e mapeados no papel, para uma terra virtualmente desconhecida para os europeus, e que, até esse ponto, estava a mais de 1.000 milhas ao leste do litoral, onde as decisões estavam sendo tomadas. Apenas com uma canetada, americanos de origem europeia estavam prestes a classificar, dividir e controlar pessoas, incluindo os Chippewa, somente com base na sua localização no espaço. Tal imposição de território tinha dimensão social e econômica. No Imbitto social, uma nação, estado ou fronteira local poderia partilhar uma sociedade entre um número de jurisdições. As unidades políticas às quais os Chippewa pertenciam mudavam frequentemente, enquanto o mapa territorial do noroeste tomava forma. Acabou parte dos Chippewa indo para o Canadá, outra parte para Minnesota, outra para Michigan, e ainda outra para Wisconsin.

Com exceção das reservas, a maioria das terras Chippewa dentro dos Estados Unidos foi vendida como terrenos privados, estando dentro de territórios particulares ou estados, e depois foram admitidas dentro da União; a partição territorial política prosseguiu ao longo do condado e linhas das cidades, mais adiante se subdividindo e segmentando as antigas terras indígenas. Essas unidades locais formaram comunidades políticas para índios que não estavam em reservas e também para colonizadores europeus. Essas reservas eram modelos territoriais ‘permanentes’, com terras que os europeus achavam menos desejáveis. Embora retaliação contra essa territorialidade

6 Max Farrand- The Legislations of Congress for the Government of the Organized Territories of the United States: 1798-1895. Newark, N.J.: WmA. Baker, Printer, 1.896.

impusesse restrição à cultura indígena, as fronteiras das reservas frequentemente formavam um impedimento para uma simetria geométrica perfeita das cidades vizinhas, atravessando o levantamento de terra retangular e interrompendo os domínios da autoridade local.

Esses recém-impostos territórios políticos (nacional, estado, condado e cidade) foram designados para servir às necessidades da sociedade comercial do homem branco. Enquanto as fronteiras impostas segmentavam comunidades mais velhas, eles forjavam fronteiras mais novas e diferentes, instaladas para um sistema de mercado dinâmico. E, dentro de tal sistema territorial, a partição tornou-se um veículo primário para definir propriedade. Diferentemente do uso comum da terra dos índios aborígenes, o homem branco usava o território para divisão da terra em parcelas vendáveis. Cada pedaço de propriedade privada era um território sob o controle de um indivíduo. Cada um tinha um valor monetário e podia ser comprado e vendido várias vezes.

As funções diferentes que os homens brancos e índios deram para territorialidade formam a causa de seus longos problemas de relacionamento. Mas também serve para ilustrar que o estabelecimento e usos de território estão interligados com contextos sociohistóricos. Essas linhas precisas nos mapas políticos e levantamentos de terra do homem branco só foram possíveis porque sua sociedade era alfabetizada e era capaz de imprimir, pesquisar e determinar longitude e latitude. Porém, mais fundamental é o fato de que esses territórios foram criados e usados para sustentar sua complexa sociedade hierárquica, a qual estava baseada em propriedades privadas e que usava território para definir e organizar sua própria participação. Em contraste com um Chippewa, que nasceu em uma comunidade Chippewa e foi aceito social e culturalmente pelas pessoas Chippewa, uma pessoa de Wisconsin era simplesmente alguém que residia dentro das fronteiras de Wisconsin. Na cultura ocidental moderna, simplesmente viver dentro de um território frequentemente capacita alguém a ser membro de uma comunidade.

As áreas, uma vez ocupadas por grupos migrantes Chippewa, são agora labirintos virtuais de hierarquias conflitantes de territórios políticos, quase políticos e privados. Embora nem sempre visíveis no-chão, elas têm fronteiras fixas e precisas, especificadas em mapas e documentos, e afetam numerosos segmentos em nossas vidas. Simplesmente por estarem localizadas em um momento, em um lugar determinado, uma cidade do alto meio oeste, por exemplo, é parte de uma propriedade pública ou privada.

Em ambos os casos, estão automaticamente agrupadas com outras propriedades na mesma localização, estando situadas dentro da jurisdição de uma área da polícia “a”, área de fogo “b”, área de esgoto “c”, área de escolas “d”, de planejamento V, área estadual T, área federal “g”, área da cidade “h”, do condado “i”, e do estado V\ Mude a sua posição levemente e você mudará a sua relação com uma ou mais dessas unidades e sua relação com os outros.

Estabelecer jurisdição política e delimitar propriedade privada de terra são os usos mais familiares de territorialidade no mundo ocidental. Entretanto, territorialidade continua a desempenhar um papel importante em outros aspectos das relações sociais. Vamos considerar rapidamente dois exemplos modernos: territorialidade dentro do lar e dentro do lugar de trabalho. Cada uma pode ser usada para especificar outros significados de territorialidade e ilustrar suas interconexões com os contextos sociais.

O lar

Considere um pai norte-americano do século XX que seja proprietário de uma antiga terra chippewa. Ele está em casa, fazendo suas atividades domésticas e pensando em seus dois filhos pequenos. Enquanto aspira o pó, ele sabe que seus filhos estão na cozinha ajudando a lavar a louça. A dificuldade é que os bem-intencionados ajudantes estão perto de derrubar perigosamente os pratos. Suas atividades estão acontecendo no espaço. Em termos geográficos, elas são espaciais. Embora os lugares sejam diferentes, o problema apresentado ao pai é muito similar ao que os pais chippewa teriam enfrentado, se eles soubessem que seus filhos danificariam as plantações. Geograficamente falando, o pai norte-americano (e o chippewa) tem somente duas estratégias para evitar o desastre. Ele pode ter uma conversa cara a cara, coração a coração com seus filhos, agradecendo pelos seus esforços, mas explicando que poderá haver dificuldades se eles continuarem. Ele também pode remover as louças do seu alcance (o pai chippewa não poderia remover as plantas). Em ambos os acontecimentos, o pai é tentado a controlar as ações espaciais de seus filhos e o acesso deles ao espaço, focando em objetos específicos das ações, como as louças (ou as plantas).

A intenção é alterar o acesso das crianças às coisas no espaço, mas aqui a territorialidade não está sendo invocada. Territorialidade, como segunda estratégia, é aceita quando o pai decide simplesmente restringir o

acesso da criança às coisas no espaço, dizendo-lhes que elas não podem entrar na cozinha sem permissão (ou que elas não podem entrar nas plantações sem supervisão). Isto é, a cozinha (ou o campo) está agora fora dos limites. Nesse caso, o pai está tentando limitar o acesso das crianças às coisas declarando *controle sobre uma área*.

Note que a cozinha (ou os campos) está lá todo o tempo. É um local restrito. No caso não territorial, ele simplesmente não foi demarcado como uma área de controle. No segundo caso, ele foi. Em outras palavras, um lugar pode ser um território em um momento e não o ser em outro, e um território pode criar um lugar em outro que não existia antes. Além do mais, declaração de territorialidade pode ser aplicada somente por tempo limitado. O pai moderno pode ter dito “não vá à cozinha *agora enquanto eu estou aspirando*”. Ou as restrições territoriais podem ser levantadas quando os objetos que os pais desejam proteger estão agora guardados em um armário fora do alcance.

A cozinha está embutida em outros espaços que também são território: a casa, a cidade, o estado. A autoridade desses territórios não foi diretamente invocada naquele caso, mas estava no pano de fundo e poderia ser arrastada em outras situações que poderiam aparecer mesmo na cozinha. Note-se também que declarar a cozinha como fora dos limites das crianças e forçar a declaração não é o *fit* do problema. As declarações dos pais têm de ser claras para as crianças, elas devem ser capazes de entendê-las, e seu comportamento tem ainda de ser monitorado. Todas essas atividades envolvem mais um comportamento no espaço. Usar territorialidade pode ajudar a reduzir alguns tipos de interações espaciais, a quantidade de monitoramento e de destruição de pratos. Mas se as declarações de controle territorial não podem falhar, então a alternativa é uma estratégia “espacial” não territorial. Se as crianças persistirem em entrar na cozinha e pegar os pratos, o pai pode ter de removê-las fisicamente. Em termos geográficos, territorialidade é como uma forma de interação espacial que influencia outras interações espaciais e requer ações não territoriais para ajudar.

Dentro do contexto da criança no campo, e na cozinha, o pai aborígine chippewa e o pai norte-americano possuíam escolhas similares sobre o papel de territorialidade. Mas as escolhas são totalmente diferentes no contexto do trabalho. A maioria das pessoas na América do Norte trabalha agora em um lugar que está sob o controle de alguém.

O local de trabalho

Suponha que o mesmo pai norte-americano seja empregado como secretário em um moderno edifício de escritórios. Tipicamente esses lugares têm salas amplas cheias de escrivainhas e datilógrafos. Cada escrivainha é designada como uma estação de trabalho. O secretário se encarrega de datilografar, e parte do acordo de trabalho é que ele esteja no escritório na sua escrivainha por um número específico de horas por dia, cinco dias por semana, cinquenta semanas por ano. O secretário moderno pode deixar a estação de trabalho. Mas, se o faz frequentemente e sem permissão, pode incorrer em violação do acordo de trabalho e perder o emprego. Mesmo que o secretário esteja autorizado a sair da sua estação de trabalho, seus movimentos dentro do edifício são restritos. Não pode simplesmente *vagir* em qualquer escritório. Talvez as únicas áreas às quais possa ir livremente sejam aquelas designadas para trânsito, como saguões e corredores, e aquelas abertas para funcionários, como banheiros e salas de café. Para o secretário, territorialidade funciona como contenção física.

Depois da hora do trabalho, 17 horas, as funções territoriais invertem-se. O secretário sai para casa e, em vez de conter e modelar sua ação, o edifício está agora sem limites para ele e para o público. As partições territoriais internas do escritório e das estações de trabalho, que separavam trabalhadores e níveis de pessoal, estão presentes durante o dia, mas são eliminadas à noite. O edifício pode ainda estar ocupado, mas por zeladores e vigias que, diferentemente dos outros, e agora com o mais alto nível de gerenciamento, têm acesso a praticamente qualquer parte do edifício.

Mais mudanças importantes que podem acontecer na territorialidade do edifício de escritórios: a firma que usa o prédio pode mudar-se ou falir, e o prédio pode ser demolido. Além de ser atingido em seus efeitos geográficos, é possível que, com os sistemas modernos de telecomunicações, o escritório, como um território, pode tornar-se obsoleto, porque uma parte, se não todo o trabalho das secretárias, pode ser feito em qualquer lugar, até mesmo em casa. Isso pode torná-lo desnecessário para as pessoas que se reúnem em um lugar chamado escritório. Isso ainda não elimina inteiramente os territórios do trabalho. O acesso a lugares e equipamentos ainda precisa ser restrito, mesmo se estes estiverem em casa, e empregadores podem muito bem ter de entrar na casa para verificar o funcionário e o equipamento que está usando.

O que mudou é a forma de organização territorial e seus relacionamentos com relações espaciais não territoriais.

Notas sobre os significados

Esses exemplos mostram claramente que territorialidade cobre uma larga extensão de atividades, para as quais há frequentemente outros nomes descritivos, talvez mais ricos. Não há propósito classificar como “território” salas, edifícios, direito de propriedade de terras, soberania política e jurisdições legais sobre a área, assim como estradas e cidades, a menos que o termo melhore nosso entendimento nesses pormenores. Ver atividades familiares como territoriais deveria ampliar nosso entendimento sobre elas. Isso significa que territorialidade deve ser definida de modo geral o suficiente para cobrir esses e outros casos e ainda ser suficientemente rica para iluminar seus diferentes efeitos. Nós devemos conhecer não somente o que a territorialidade *é*, mas o que ela faz. E é principalmente aí que reside o valor de uma definição: ajudar a indicar os importantes efeitos de um fenômeno.

Uma definição nunca é perfeitamente completa. Ela focaliza uma ou algumas características de um fenômeno. Um fenômeno com essas características ajusta-se à definição, mas ele também guardará muitas outras características, cabendo-lhe também outros nomes. Uma estátua pode ser obra de arte, investimento, lembrança de uma semelhança, humana, peça de mármore e simplesmente massa. Cada um, por sua vez, contribui para nossa compreensão dos usos e dos efeitos da estátua. Uma maçã também é muitas coisas, a maioria das quais diferentes de uma estátua. Mas as duas têm coisas em comum. Ambas apreendem espaço e têm peso ou massa. Conhecer o que são e como são suas massas significa que a massa está clara e suficientemente definida para ser observada, inclusive em tipos muitos diferentes de fenômenos.

Mas, um conceito ou termo deve ser mais do que claro: precisa indicar conexões com outros atributos. Em tal sentido, massa não é somente um conceito claro, mas também um conceito útil⁷. Conhecendo a massa de um objeto pode-se dizer muito sobre as conexões potenciais e reais do fenômeno

7 Para uma discussão desses dois aspectos de conceitos em filosofia da ciência, veja May Brobeck, *Meaning and Action*, em May Brobeck (ed.), *Readings in the Philosophy of the Social Sciences* (New York: Macmillan, 1968), p. 58-78; e para suas aplicações na Geografia veja Robert Sack, *A concept of Physical Space in Geography*, *Geographical Analysis*, 5 (1973), p. 16-34.

com seu ambiente. Nós saberíamos, por exemplo, quão forte um piso deve ser para suportar a *estátua*, e a maçã. Nós poderíamos antecipar o impacto que cada uma teria se caísse de uma janela do segundo andar. Conhecer a massa de alguma coisa alarga nosso entendimento dela e de suas conexões com o mundo. Mas de modo algum ela nos diz tudo o que há para conhecer sobre o objeto e suas inter-relações. Ambas, maçã e estátua, são massas. Mas apresentam muitos outros atributos claramente definidos e significantes, que não lhes são comuns e não podem ser revelados ao vê-las como exemplos de massa.

O mesmo se aplica à territorialidade. Uma coisa *é* definir territorialidade claramente, para que uma sala, um lar, um campo, um escritório e uma cidade sejam vistos como exemplos de territorialidade. Outra coisa *é* ter o nosso entendimento desses fenômenos e suas inter-relações aprofundadas ao examiná-los como territórios. A última condição ocorre somente se nosso sentido de territorialidade for claro e rico o suficiente para sugerir como ela *é* ligada com outras facetas de comportamento.

Definindo territorialidade

Territorialidade, tão simplesmente como o controle da área', tem servido até agora como uma definição reduzida. Mas tal descrição não *é* precisa e nem rica o suficiente para levar-nos muito longe. Com base em nossos exemplos de pais e de crianças, o secretário no lugar de trabalho, e os membros de uma sociedade de caça, pode-se dizer que territorialidade envolve a tentativa por parte de um indivíduo ou grupo de influenciar ou afetar as ações de outros, incluindo não humanos. *É* esse efeito importante, mas geral, que deve ser enfatizado e que está aqui elaborado na definição formal de territorialidade. Neste livro, territorialidade será definida como *a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica*. Essa área será chamada de território. Antes de explorarmos o significado dessa definição, cabe um pouco mais de esclarecimento sobre seus domínios nessa ordem⁸.

8 Como mostrado no lembrete deste capítulo no livro original, definições de territorialidade são importantes. Não existem outras definições exatamente como esta. A maioria afirma simplesmente que território *é* a defesa de área. Existe uma ou outra que parece ter intenções parecidas com as da nossa definição. Veja por exemplo Ryda Dyson-Hudson e E. Alden Smith, *Human Territoriality: An Ecological Reassessment*, *American Anthropologist*, 80 (1975), p. 21 -41; e Edward Soja, *The Political Organization of Space*; Washington, D.C.: Association of American Geographers, Commission on College Geography, 1971. Para uma revisão de alguns dos muitos significados de territorialidade humana, veja Torsten Malmberg, *Human Territoriality: Survey of Behavioral Territories in Man with*

Mais uma vez, deve ser enfatizado que um lugar pode ser usado como território em determinado momento e não em outro; isto é, ao criar um território, nós estamos também criando um tipo de lugar. Mas é importante distinguir território como lugar e outros tipos de lugares. Ao contrário de muitos lugares comuns, territórios requerem esforços constantes para estabelecê-los e mantê-los⁹. Eles resultam de estratégias para afetar, influenciar e controlar pessoas, fenômenos e relações. Circunscrever coisas no espaço, ou num mapa, como quando um geógrafo delimita uma área para ilustrar onde o milho é cultivado ou onde a indústria está concentrada, identifica lugares, áreas, ou regiões no sentido comum, mas não cria por si um território. Essa delimitação torna-se um território somente quando seus limites são usados para afetar o comportamento ao controlar o acesso. Por exemplo: um lugar geográfico antes comum, ou uma região, como um cinturão de cultivo de milho ou uma área industrial, pode ser designado pelo governo como região para receber especial assistência financeira ou como área a ser administrada por determinado órgão ou departamento especial. Nesse caso, os limites da região estão afetando o acesso aos recursos e ao poder. Eles estão moldando o comportamento e assim o lugar torna-se um território. Pelo mesmo sinal, o que os geógrafos chamam de região nodal, áreas de mercado ou lugar central não metropolitano não são necessariamente territórios. Podem ser simplesmente descrições da extensão geográfica de atividades no espaço. No entanto, tornam-se territórios se os limites forem usados por alguma autoridade para moldar, influenciar ou controlar atividades. Assim, uma cadeia de supermercados pode usar áreas de mercado - o real limite geográfico do desenho de poder de um supermercado - para definir cada jurisdição do gerente do supermercado (isto é, sua responsabilidade para propaganda)¹⁰. Uma pessoa ou grupo pode naturalmente controlar mais do que um território, e na socie-

Preliminary Analysis and Discussion of Meaning (The Hague: Mouton, 1980); e Mark Wiljanen, A Critical Examination of a Concept of Human Territoriality with a Case Study in the History of American School Design (Madison; University of Wisconsin, Department of Geography, Master Thesis, 1983).

9 Espaços comuns atenuam muitos significados geográficos especiais de lugar, região ou área. O estudo clássico em significados geográficos de lugar e região é Richard Hartshorne, *The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past* (Lancaster; Association of American Geographers, 1939, e reimpresso com correções em 1961). Ron Johnson (ed.), *The Dictionary of Human Geography* (Oxford: Basil Blackwell, 1981) apresenta definições mais recentes.

10 Perceba que as zonas de Von Thunen e os interiores centrais não são territórios, exceto pelas áreas administrativas de Christaller. Veja Walter Christaller, *Central Places in Southern Germany*, traduzido por Carlisle Baskin (Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1966); e Brian Berry, *Geography of Market Centers and Retail Distribution* (Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1967).

dade moderna muitos tipos comuns de lugares podem tornar-se territoriais para existirem como lugares.

A área da territorialidade não precisa ser defendida, se for entendido que a área em si mesma é o objeto de defesa, e que o(s) defensor(es) deve(m) estar dentro do território defendido. Território pode ser usado não apenas para conter ou restringir, mas também para excluir. E os indivíduos que estão exercitando o controle não precisam estar dentro do território. Na verdade, não precisam estar em qualquer lugar próximo dele. Uma cerca ou muro pode controlar, assim como também uma placa de ‘proibida a entrada’. Pela definição, a territorialidade estabelece o controle sobre a área como um meio de controlar o acesso a coisas e relações.

Territorialidade é uma estratégia para estabelecer diferentes níveis de acesso a pessoas, coisas e relações. Sua alternativa é sempre a ação não territorial, e a ação não territorial é requerida em qualquer caso, para dar apoio moral. Por exemplo: se os Chippewa decidem cercar seus jardins, as cercas devem ser mantidas pelo trabalho físico direto; e, se elas quebrassem, as crianças e os cavalos deveriam ser vigiados e guardados pelo controle direto não territorial (se as crianças no lar moderno continuam a entrar na cozinha mesmo que os pais as proibam de fazê-lo, então os pais deverão recorrer à forma de intervenção não territorial).

Ambos, os limites de um território e os meios pelos quais eles são comunicados, não são inalteráveis. Posses de terra mudam de tamanho. Assim também o fazem os estados da nação. Um limite de cerca pode ser substituído por um tipo diferente de limite, como um dique. Uma criança pode reconhecer uma entrada para um ambiente como um limite ou ainda ter a porta fechada para o ambiente. Muitos territórios tendem a ser fixos no espaço geográfico, mas alguns podem mover-se. Por exemplo: o espaço pessoal ou a distância social que cerca uma pessoa viaja com essa pessoa, quando ele mantém a distância. A convenção entre navios de guerra de não se aproximar muito de outros navios de guerra estrangeiros em alto-mar é exemplo de território móvel.

Territórios podem ocorrer em níveis. Uma cela de prisão de segurança máxima é mais territorial que uma cela em uma prisão do interior, a qual é mais territorial do que uma sala no meio de uma casa. Uma sala de aula fechada com suas carteiras ancoradas no chão e suas crianças sentadas todo dia em suas cadeiras é mais territorial que uma sala de aula aberta, sem lugar fixado para cada criança, permitindo-lhes mover-se de uma atividade

para outra. Os níveis de territorialidade são muito mais difíceis de comparar, quando selecionamos exemplos de diferentes instituições e sociedades. As atividades de um trabalhador, em uma linha de montagem de automóvel, são mais territorialmente circunscritas do que as de uma secretária no escritório? Os pontos menores de medida da intensidade de territorialidade serão abordados mais tarde. Por ora, devemos ter em mente que, embora possamos fazer estimativas aproximadas da intensidade territorial, dificuldades emergem quando comparamos um contexto com outro.

Territorialidade pode ser afirmada de inúmeras maneiras, incluindo descrições de trabalho (quanto tempo você deve ficar sentado, onde você pode ou não pode ir etc.), direitos legais de terras, força bruta ou poder, normas culturais e proibições sobre o uso de áreas e formas sutis de comunicação, como postura do corpo. Mas, novamente, se a afirmação não é clara e compreensível, então não está claro se determinada territorialidade está sendo exercida.

Definições deveriam ser claras o suficiente para indicar que alguma coisa se adequou ou não à definição. Mas, mesmo uma clara definição tem limites indistintos na prática. Se eu estou em uma biblioteca e coloco meus livros sobre uma mesa vazia, eu simplesmente alivio a mim mesmo de um fardo ou reivindico uma parte da mesa como minha? Neste último caso, estou afirmando o controle sobre um objeto, a mesa, ou sobre um território que o objeto circunscreve? Não há dano em admitir que casos da linha divisória ocorrem e podem mover-se de ambas as maneiras. Uma definição pode ter algumas exceções ou partes obscuras e ainda assim ser útil, especialmente quando existem inumeráveis exemplos bem definidos que se encaixam no seu domínio.

Considerando territorialidade como uma estratégia para o acesso diferenciado evita o tema infecundo de que a territorialidade humana está ou não de alguma forma biologicamente enraizada¹¹. Por fazê-la uma estratégia coloca-se a territorialidade inteiramente dentro do contexto de motivações e objetivos. Nossa definição de territorialidade de fato cruza perspectivas e

11 Para um debate neste assunto, veja Robert Ardrey, *The Territorial Imperative* (New York: Atheneum, 1966); M.F. Moncagu (Ed.) *Man and Aggression* (London: Oxford University Press, 1968); Torsten Malmberg, *op. cit.*, n.º. 7; J. Edney, *Human Territoriality*, *Psychological Bulletin*, n.º. 81 (1974), p. 959-75; e C. Fisher, *The Myth of Territoriality* em van den Beige's *Bringing the Beasts Back In*, *American Sociological Review*, 40 (1975), p. 674-6. Nossa análise demonstrará que muitos dos efeitos e vantagens de territorialidade são aplicáveis somente para humanos.

níveis de análise. Ela envolve as perspectivas daqueles controlados e daqueles que executam o controle, sejam eles indivíduos ou grupos. Ela atrai efeitos físicos, sociais e psicológicos. Esse corte de outros campos não é novo para a Geografia e é comparado a uma gama de interconexões que foram desenvolvidas no resto do campo¹².

O significado de territorialidade

A definição formal de territorialidade não nos diz apenas o que territorialidade é, mas sugere o que ela pode fazer. Tal sugestão vem de três relações interdependentes que estão contidas em sua definição e mostram os efeitos lógicos e significances de territorialidade.

Primeiro: por definição, territorialidade deve envolver uma forma de classificação por área. Quando alguém diz que alguma coisa, ou mesmo algumas coisas, nesta sala é sua, ou está fora dos limites para você, ou que você não pode tocar nada fora deste ambiente, ele está usando a área para classificar ou registrar coisas a uma categoria como dele, ou como não suas. Ele não necessita definir ou enumerar os tipos de coisas que são dele ou não são suas. Ao usar territorialidade, o pai não precisa dizer para as crianças o que elas não deveriam tocar. Elas simplesmente não tiveram permissão para entrar na sala. De acordo com Piaget, há somente duas formas importantes de classificação¹³. Uma é pelo tipo, e a outra é pela área. Sem dúvida, territorialidade pode empregar ambas, mas ela sempre emprega a última, pela área.

Segundo: por definição, territorialidade deve conter uma forma de comunicação, que pode envolver um marco ou sinal, como geralmente é encontrado em um limite ou fronteira. Ou uma pessoa pode criar um limite através de um gesto, como apontar. Um limite territorial pode ser a única forma simbólica que combina uma declaração sobre a direção no espaço e uma declaração sobre a posse ou exclusão.

Terceiro: cada exemplo de territorialidade deve envolver uma tentativa de impor o controle sobre o acesso à área e às coisas dentro dela, ou a coisas

12 De acordo com R. Taylor, *Human Territoriality: A Review and a Model for Future Research*, *Cornell Journal of Social Relations*, 13, nº 2 (1978), p 125-51» territorialidade não é significativa como um objeto concreto autônomo, mas no entanto deve ser compreendida em termos de suas funções que podem variar em diferenças níveis e formas de organizações sociais.

13 Jean Piaget e Barbel Inhelder, *The Child's Conception of Space* (London: Routledge and Kegan Paul, 1956).

fora dela através da restrição das coisas de dentro. Mais frequentemente cada exemplo deve envolver uma tentativa de influenciar interações: transgressões de territorialidade serão punidas e isso pode envolver outras ações não territoriais e territoriais.

A lógica de territorialidade apoia-se no fato de que as vantagens do seu uso devem estar ligadas com uma ou mais dessas relações interconectadas, pois como aspectos essenciais da territorialidade, os três devem também ser a base para a significância de territorialidade. É simples ilustrar como cada uma pode ser uma razão para usar territorialidade.

Considere a primeira característica: territorialidade envolve uma forma de definição ou classificação por área. Definição por área pode ser extremamente útil quando não é possível enumerar coisas, pessoas ou relações às quais queremos ter acesso ou quando nós não desejamos divulgar tal lista. Um time de futebol praticando novas jogadas antes do grande jogo pode não querer que os oponentes as conheçam. Para ajudar a mantê-las secretas, o treinador pode usar territorialidade para excluir observadores do campo e das arquibancadas.

Considere a segunda característica: comunicando-se pelo uso de um limite. O limite pode ser um simples dispositivo para comunicar posse do que enumerá-la pelo tipo. Crianças muito jovens na cozinha podem ter dificuldade de compreender quais objetos dali elas podem ou não podem usar. Territorialidade pode ser o único meio de comunicar os desejos do pai à criança. Este é especialmente o caso de saber se em outro lugar e sob diferentes circunstâncias as crianças poderiam tocar objetos como pratos. Em vez de apresentar às crianças uma regra complicada sobre quando não é permitido manusear louças, é simplesmente mais direto dizer-lhes que não podem ir além de tal linha, ou entrar e sair de tal sala.

Considere a terceira característica: a imposição do acesso, no contexto da caça comunitária de Chippewa. Para ter certeza de que as crianças não pisem nos campos, pode ser mais fácil cercá-las do que segui-las de perto. Circunstâncias semelhantes ocorrem em nossa sociedade. É mais fácil supervisionar condenados através das grades, do que permitir-lhes andar soltos com escolta. Controlar as coisas territorialmente pode economizar esforço.

Essas três facetas da territorialidade podem ser encontradas em todas as sociedades, mas elas, por sua vez, geram efeitos mais potenciais, que podem ser igualmente importantes, mas que ocorrem somente em contextos históricos particulares. Como isto acontece e quais são os efeitos é um assunto um tanto técnico e é discutido no capítulo 2, do original. A título de ilustração

convém salientar que, ao classificar, pelo menos em parte, por área e não por tipo ou categoria, territorialidade pode ajudar relacionamentos a se tornarem impessoais e pode ajudar a moldar futuras atividades dentro de uma hierarquia. Notamos que os Chippewa não necessitavam usar territorialidade para definir seus membros, mas o homem branco sim. A primeira definição da associação dentro de um estado norte-americano ou cidade é o domicílio dentro do território político. Essa definição permite que os totalmente estranhos se tomem membros da mesma comunidade. Além disso, diferentemente da comunidade de Chippewa, o território de uma cidade atua como um contêiner e como um molde espacial para outros eventos. Embora se estenda para muito além, a influência e autoridade de uma cidade é legalmente resignada aos seus limites políticos. A cidade territorial torna-se o objeto para definir outros atributos, como no caso do território político de uma cidade para receber verbas do governo federal.

Fomentar relações impessoais e moldar atividades geograficamente dentro de uma hierarquia são apenas duas de muitas consequências identificáveis das três facetas decorrentes da definição de territorialidade. No capítulo 2, do original, essas e outras são estruturadas de maneira geral, mas o suficiente para abranger a gama dos usos territoriais e ainda precisamente o suficiente para aprofundar nosso entendimento de casos particulares. Os efeitos são potenciais, porque cada um não precisa ser empregado em cada exemplo de territorialidade e alguns foram usados somente em épocas específicas na história. Uma definição adequadamente ampla, no entanto clara e indicando as implicações gerais de territorialidade para os humanos, é o que tem faltado em trabalhos anteriores sobre territorialidade.

Abordagens anteriores

A maior parte da literatura existente sobre territorialidade aborda o comportamento animal e não diz respeito a nós, a menos que cientistas sociais tenham pegado emprestada essa literatura para a discussão de territorialidade humana¹⁴. Embora não tão extensamente como a literatura territorial animal, discussões de territorialidade humana são extremamente variadas e difíceis de

14 Para revisão de literatura em territorialidade animal, veja C. Carpenter, *Territoriality; A Review of Concepts and Problems*, em Anne Roe e George Simpson (eds.), *Behavior and Evolution* (New Haven: Yale University Press, 1958), p. 224-50; e John Calhoun, *The Role of Space in Animal Sociology*, *Journal of Social Issues*, 22, n.º. 4 (1966), p. 46-58.

resumir. Não há até agora revisão compreensiva, e o que segue não é uma tentativa de suprir tal lacuna, mas uma breve ilustração de alguns dos problemas-chave de que padecem muitos estudos de territorialidade humana.

Em geral, análises anteriores têm sido deficientes em três importantes sentidos, com estudos específicos contendo uma ou mais dessas deficiências. Primeiro, em muitos casos, pesquisadores não distinguem claramente o termo territorialidade do termo “espacial”. Para eles, simplesmente ter eventos que acontecem no espaço e através do espaço é suficiente para colocá-los na categoria territorial. Como tais estudos não definem territorialidade como um tipo particular de comportamento no espaço, eles perdem a oportunidade de oferecer uma análise sistemática de territorialidade. Quaisquer perspectivas que eles apresentem são difíceis de atribuir para territorialidade em particular, e difíceis de generalizar¹⁵ (há inclusive aqueles que usam o termo figurativamente para referir-se a territórios ‘cognitivos’)¹⁶.

Muito relacionados ao primeiro são aqueles estudos que de fato focam exemplos de territorialidade humana sem classificá-los como tais. Estudos de zonas, de direitos de propriedade privada sobre a terra, de soberania política frequentemente não reconhecem que tal assunto pertença à classe territorial de ações. Portanto, esses estudos carecem de implicações territoriais importantes¹⁷. No caso do pai controlando seus filhos, por conhecermos no mínimo

15 Considere os numerosos escudos etnográficos que descrevem comportamento em espaço como território. Por exemplo, veja E. Speck, *Family Humintig Territories and Social Life of Various Algonkian Bands of the Ottawa Valley* (Ottawa: Geological Survey Memoir 70, Anthropological Series n.º. 8, 1915); A. Carr-Saunders, *The Population Problem: A Study in Human Evolution* (Oxford: Clarendon Press, 1922); Robert Lowie, *The Origins of the State* (New York: Russell e Russell, 1962); e A. Radcliffe-Brown. Prefácio, em M. Fortes e E. Pritchard (eds.), *African Political Systems* (London: Oxford University Press, 1941). A falta de diferenciação, nas duas últimas especialmente, tem levado a interpretações errôneas da dissertação de Morgan de uma mudança de uma definição social para uma definição territorial das relações sociais com o surgimento das civilizações. Um livro usando territorialidade no título, mas que não distingue entre a diferença entre comportamento territorial e não territorial no espaço é Gordon E. Erickson, *The Territorial Experience* (Austin: University of Texas Press, 1981).

16 Veja Cornelius B. Bakker e Marianne K. Bakker-Rabdue, *No Trespassing: Explorations in Human Territoriality* (San Francisco: Chahdler e Sharp, 1973).

17 Exemplos disso são os conceitos de externalidades e repercussões na economia e política pública (Robert Bennett, *The Geography of Public Finance* (London: Methuen, 1980)). Geografia política tem sido a posição de estudar territórios como os estados das nações, mas não tem enfatizado a lógica da territorialidade. Em vez disso, tem tido a tendência de reduzir o que é territorial para o estudo de relações espaciais não territoriais, quando geógrafos políticos estudam as formas dos estados, seus locais relativos, os locais de suas capitais e as

três possíveis efeitos de territorialidade, somos capazes de sugerir que o pai recorreu à territorialidade porque ela se tornou desnecessária a ele para identificar, pelo tipo, as coisas que ele desejava controlar* E é esse conhecimento dos efeitos territoriais que nos faz esperar que esse uso específico de territorialidade ocorra em outros contextos muito diferentes. Os Estados nacionais não usam esse efeito quando declaram soberania sobre todas as coisas e qualquer coisa dentro de seus domínios geográficos? Países e Estados Nacionais não listam, e provavelmente não podem listar, o que eles desejam controlar, e não listando o que está sob controle permite que a territorialidade esconda o que está sendo controlado. Considere simplesmente o número de vezes que os pais escondem coisas dos filhos, ao impedir a entrada deles em determinados lugares, ou que Estados escondem coisas de estrangeiros e inclusive de cidadãos ao restringir a entrada em áreas ou regiões dentro do país. Reconhecer que a territorialidade é uma estratégia geral para estabelecer o acesso a coisas, e apontar para seus efeitos geralmente esperados, pode ajudar a aprofundar nosso entendimento do seu uso em casos particulares*

Em terceiro estão estudos que propositadamente isolam o comportamento territorial real em humanos, mas com a desvantagem de serem muito restritos em seu significado. Eles podem ter focado completamente uma escala social-geográfica, como é o caso de a literatura de psicologia social retratar territorialidade como forma de espaço pessoal¹⁸. Outros estudos podem ser muito limitados nos efeitos territoriais que estipularam. Por exemplo: alguns estudos psicológicos veem o uso de territorialidade por um indivíduo como uma expressão de características específicas da personalidade, tais como um desejo de predominância ou segurança¹⁹. Ligar territorialidade a necessidades

distribuições dos recursos dentro das suas fronteiras. Recentemente alguns interesses por parte dos geógrafos políticos em territorialidade vieram à tona, mas ainda não conduziram a uma análise sistemática do seu papel no poder. Veja Stanley Brunn, *Geography and Politics in America* (New York: Harper e Row, 1974); e J. Gold, *Territory and Human Spatial Behavior*, *Progress in Human Geography*, 6 (1982), p. 44-67. Algumas sugestões úteis podem ser encontradas em Kevin Cox, *Conflict, Power and Politics in the City: A Geographic View* (New York: McGraw-Hill, 1973), capítulo 2.

18 Exemplos podem ser encontrados em Erving Goffman, *Asylums: Essays on the Social Situation of Mental Patients and Other Inmates* (Garden City, N.Y.: Anchor Books, 1961); Robert Sommer, *Personal Space* (Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1969); H. Prochanski, W. Icdeson, e L. Rivlin (eds.), *Freedom of Choice and Behavior in a Psychological Setting*, in *Environmental Psychology: Man and His Physical Setting* (New York: Holt, Rinehart and Winston, 1970), p. 173-83.

19 Veja Irwin Altman e William Haythorn, *The Ecology of Isolated Groups*, *Behavioral*

particulares ocorre especialmente em estudos que supõem que humanos e animais usem a territorialidade para as mesmas razões essencialmente biológicas, isto é, como um meio de obter comida, reproduzir-se e controlar o crescimento de sua população. Focalizar esses efeitos limitados pode fazer a territorialidade entre os humanos parecer algo instintivo, em vez de uma estratégia que pode ser acionada ou não²⁰. Além disso, tais significados limitados e sua ênfase em escalas particulares, objetivos ou funções são muitas vezes incluídos nas definições formais de territorialidade. Explorando somente o nível pessoal e efeitos psicológicos de territorialidade, o psicólogo social pode defini-la com essa ênfase em mente. Por exemplo: a individualidade e a personalidade são parte da definição de territorialidade de Altman, como a individualidade, outros mecanismos de regulamentação de limites envolve a personalização ou a construção de um lugar ou objeto e comunicação de que ele é possuído por uma pessoa ou grupo. Personalização e posse são designadas para regular interações sociais e para ajudar a satisfazer vários motivos sociais e físicos²¹. É aí que ocorre o problema em definir territorialidade de maneira muito generalizada. Quando se pretende significar simplesmente o controle da área, nós ficamos sem qualquer sugestão sobre o propósito ou intenção, exceto que a área é ao mesmo tempo objeto e fim²²,

Embora esses estejam entre os maiores perigos em trabalhos anteriores sobre territorialidade, poucos pesquisadores os têm evitado e muitos daqueles que não o fazem nem ao menos indicam alguns de seus aspectos importantes.

Science, 12 (1967), p. 169-82; e Eric Sundstrom e Irwin Altman, Field Study of Territorial Behavior and Dominance, Journal of Personality and Social Psychology, 30 (1974), p. 115-24.

20 O exemplo mais notório é Robert Ardrey, *op. cit.*, n.º 10. Até mesmo Torsten Malmberg, *op. cit.*, n.7, usa seus instintos na sua definição. "Comportamento humano de territorialidade é primordialmente um fenômeno de ecologia etnológica com um núcleo instintivo, manifestado como espaço exclusivo, no qual indivíduos ou grupos de seres humanos estão emocionalmente ligados e no qual, pela possível evasão de outros, são diferenciados por limites, marcas ou outros tipos de estruturas com... exibição, movimento ou agressividade..." (p. 10-11).

21 Irwin Altman, *The Environment and Social Behavior: Privacy, Personal Space, Terricory and Crowding* (Monterey, Califórnia: Brooks /Cole Publishing Co., 1975), p. 107.

22 Território é, de acordo com A. Parr, em *Environmental Design and Psychology, Landscape*, 14, n.º2 (1964), p. 15-18, "O espaço no qual uma pessoa... afirma como seu próprio, e irá defender"; de acordo com J. Gold, *op. cit.*, n.º 16, p. 49, "é qualquer forma de comportamento exibido por indivíduos e grupos buscando estabelecer, manter, ou defender porções limitadas e específicas de espaço". Estas referências em particular foram trazidas para meu conhecimento através de Julie Fisher.

Em vez de isolar os componentes positivos pouco a pouco, eles serão notados e incorporados ao trabalho, como segue²³.

Territorialidade e Geografia

Enquanto trabalhos sobre territorialidade têm abordado frequente e inconscientemente o comportamento espacial não territorial,, trabalhos em Geografia sobre o comportamento espacial têm ignorado o territorial. Em Geografia, ambas as atividades naturais e humanas ou culturais são chamadas “espadais” para lembrar a todos que elas ocorrem no espaço e têm propriedades espaciais, como localizações, formas e orientações. Análise espacial é o ramo da Geografia interessado nas inter-relações entre atividade na paisagem e suas propriedades espaciais. Em Geografia Humana, essas inter-relações incluem não somente as localizações concretas, extensões e padrões de coisas, mas como estas são descritas e concebidas em diferentes perspectivas sociais e intelectuais (o mesmo padrão da paisagem pode ser descrito e avaliado econômica, estética e simbolicamente e assim por diante). O interesse da Geografia pelos múltiplos usos e concepções do espaço e pela Geografia Histórica de diferentes pessoas apresenta o espaço como uma complexa estrutura, na qual indivíduos e grupos são situados, através dos quais eles interatuam e pelos quais eles fazem afirmações. Contudo, essas interconexões entre espaço e comportamento apoiam-se na territorialidade, cujo estudo tem permanecido no contexto, mas todos negligenciados pela análise espacial²⁴.

Negócios, fazendas e cidades estudados por geógrafos não são somente lugares ou localizações no espaço com múltiplos significados, mas também ocorrem e permanecem no lugar porque lá existem numerosas regras sociais e regulamentos, que permitem que as coisas estejam em certos lugares e não em outros. Inclusive os movimentos de pessoas, mercadorias e ideias requerem que a sociedade rejeite rodovias e similares para transporte e proíba que outras atividades aconteçam ali. Ruas de cidades modernas são desenhadas para bici-

23 Estou me referindo aqui especialmente a Edward Soja, *op. cit.*, n° 7, e Ryda Dyson Hudson e E. Alden Smith, *op. cit.*, n° 7.

24 Revisões sobre estas teorias de análise espacial e métodos podem ser encontradas em Douglas Amedeo e Reginald Gollidge, *An Introduction to Scientific Reasoning in Geography* (New York: John Wiley, 1975), especialmente nos capítulos 7 e 8; Pecor Haggett, Andrew Cliff, e Ailen Frey, *Locational Analysis in Human Geography*, segunda edição (London: Edward Arnold, 1977); e Richard Morrill, *The Spatial Organization of Society* (North Scituate, Mass: Duxbury Press, 1974).

eletas, carros, caminhões e ônibus e não para pedestres. Rodovias são desenhadas prioritariamente para o tráfego movido por motor de combustão interna.

Para a maior parte, pessoas e suas atividades não encontram ambiente no espaço sem formas de controle sobre a área - sem territorialidade. O desafio é mostrar como e por que isso ocorre. Infelizmente os analistas espaciais não têm explorado sistematicamente a territorialidade, para descobrir se há uma lógica para o controle territorial, da mesma forma como foi explorada a questão se há ou não uma lógica para a organização espacial não territorial e a interação. Em vez disso, eles têm focalizado os objetos que a territorialidade ajudou a formar e apoiar e, ao mesmo tempo, têm deixado a territorialidade - o agente da união geográfico — no pano de fundo.

Analistas espaciais entendem muito bem que atividades competem por localizações. A esse respeito, o foco de suas pesquisas tem sido sobre os processos de seleção de um lugar sobre o outro e o papel exercido pela distância ou acessibilidade geográfica ao conectar lugares. Enfatizar a distância tem levado a uma lógica geográfica baseada nas propriedades métricas do espaço. Mas os analistas espaciais não têm considerado seriamente a possibilidade de que a lógica geográfica pode ser estendida por uma lógica, mesmo a mais complexa, envolvida em usos territoriais de espaço²⁵. A lógica da ação territorial é mais complexa que a lógica da distância, porque a territorialidade é embutida em relações sociais. A territorialidade é sempre construída socialmente. Ela assume um ato de vontade e envolve múltiplos níveis de razões e significados. E a territorialidade pode ter implicações normativas também. Deixar lugares de lado e aplicar níveis de acesso significa que indivíduos e grupos têm removido algumas atividades e pessoas de lugares e incluído em bafios. Isto é, eles têm estabelecido diferentes níveis de acesso a coisas.

Portanto, a territorialidade forma o pano de fundo para relações espaciais humanas e concepções de espaço e indica que as relações espaciais humanas não são neutras. Pessoas não apenas interagem no espaço e se movem através do espaço como bolas de bilhar: interação humana, movimento e contato são

25 A lógica espacial associada à distância tem sido chamada de “suposição da decadência da distância”. Isto é extravagantemente mostrado em William Bunge, *Theoretical Geography* (Studies in Geography, Series C, General and Mathematical Geography, n° 1, Lund: C. W. K. Glemp, 1966). Entre as várias discussões sobre as dificuldades com o uso da distância como uma variável na análise comportamento humano está a análise de Gunnar Olsson, *Birds in Egg* (Ann Arbor: Department of Geography, University of Michigan, 1975), especialmente sua análise do problema inferencial geográfico, p. 465; e Robert Saclt, *op. cit.*, n° 6.

também casos de transmissão de energia e informação, para afetar, influenciar e controlar as ideias e ações de outros e o acesso deles a recursos. Relações espaciais humanas são os resultados de influência e poder. Territorialidade é a forma espacial primária que o poder assume.

Territorialidade e História

Diferentes sociedades usam diferentes formas de poder. Elas têm diferentes organizações geográficas e concepções de espaço e lugar. Paisagens geográficas e significados mudam quando mudam as sociedades. A Geografia Histórica preocupa-se com tais interconexões. Aponta para o contexto histórico social dependente da organização espacial e seu significado; e a territorialidade aponta para o fato de que a organização geográfica e o significado, como dependentes de muitas coisas, também pressupõem a manutenção de diferentes graus de acesso a pessoas, coisas e relacionamentos. Organizações espaciais e significados de espaço têm histórias, assim como as têm os usos territoriais de espaço; as três histórias são de fato próximas e inter-relacionadas.

A lógica de territorialidade mostrará que, como estratégia espacial, ela oferece diversas vantagens para ajudar a afetar, influenciar e controlar, vantagens estas que constituem o domínio de razões para usar a territorialidade ou as consequências de seu uso. Elas explicam como e por que territorialidade está sendo usada e são as bases de sua importação. Se vantagens particulares são usadas ou não em um caso particular, depende de quem está controlando quem e para quais propósitos. Algumas vantagens já são previsíveis em praticamente qualquer situação e em qualquer hora. O pai moderno emprega territorialidade na cozinha porque julga desnecessário explicar o que ele não queria que seus filhos tocassem. Podemos também imaginar um pai chípewa usando territorialidade pela mesma razão.

Não definir o que está sob o controle de alguém é praticamente uma vantagem universal da territorialidade. Pode-se esperar que outros efeitos muito importantes apareçam em muitos tipos de sociedade, e ainda outros apareçam em apenas alguns. Por exemplo: territorialidade no mundo moderno é frequentemente um meio essencial de definir relações sociais. Como nós enfatizamos, pessoas que residem em uma cidade norte-americana têm direito a serviços públicos daquela cidade. A localização dentro de um território define a filiação a um grupo. Esse uso do território - para definir o ato de pertencer a uma comunidade — ocorre em um grau um pouco menor em civilizações

pré-modernas, mas dificilmente ocorre em sociedades primitivas, em que relações sociais são tão clara e firmemente mantidas. Primitivos podem usar : territorialidade para delimitar e defender a terra que eles ocupam, mas eles raramente a usam para definir a si mesmos. Outros efeitos de territorialidade ocorrem primariamente na sociedade contemporânea, e ainda outros aconteceriam com igual importância em civilizações modernas e pré-modernas. Como veremos, os usos de territorialidade têm sido cumulativos. Sociedades primitivas encontraram necessidades para alguns. Civilizações pré-modernas empregaram estes e alguns outros usos, e a sociedade moderna tem empregado virtualmente a completa gama de efeitos possíveis.

Nós mencionamos alguns dos possíveis efeitos territoriais - a facilidade com que a territorialidade pode classificar, comunicar e aplicar o controle, a facilidade para definir relações sociais impessoal e hierarquicamente. O que deve ser considerado agora é a gama de efeitos teoricamente possíveis e suas inter-relações. Esses temas são abordados na teoria da territorialidade.

